

EDUCAÇÃO E FILANTROPIA NA CIDADE DE SÃO PAULO, NO FINAL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DA OBRA DO CONDE JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO NO BAIRRO DO IPIRANGA

Lincoln Etchebèhère Júnior

Leonel Mazzali

Rosemari Fagá Viegas

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento da elite católica paulista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, diante da denominada “questão social”. As referências são a figura do conde José Vicente de Azevedo e a sua obra – educacional e filantrópica – no bairro do Ipiranga, em São Paulo. A metodologia adotada foi a pesquisa documental e a consulta em bibliografia especializada. A principal conclusão do trabalho é que, diante da “carência social” e da ação dos movimentos sociais revolucionários anarquistas, o Estado, não possuindo uma estrutura voltada para a implementação de políticas sociais, uniu-se à hierarquia da Igreja e à elite esclarecida para concretizar ações direcionadas a amenizar a “questão social”. Se essa parceria foi fundamental para deter os chamados “inimigos da Igreja” naquela época, deixou evidente a importância da Igreja Católica como fornecedora de conhecimentos e habilidades extremamente escassos no meio civil.

Palavras-chave: Educação; elite paulista; filantropia.

EDUCATION AND PHILANTHROPY IN THE CITY OF SÃO PAULO, IN THE END OF THE NINETEENTH CENTURY AND FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY: A STUDY OF THE WORKMANSHIP OF THE COUNT JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO IN THE SUBURB OF IPIRANGA

Abstract

The goal of this work is to analyse the behavior of São Paulo's catholic elite in the last decades of the nineteenth century and first decades of the twentieth century, before the so called “social matter”. The references are the figure of count José Vicente de Azevedo and his educational and philanthropic workmanship – in the suburb of Ipiranga, in São Paulo. The methodology adopted was the

documentary research and the consultations to specialized bibliography. The main conclusion is that, before the “lack of welfare” and of the action of the revolutionary anarchist social movements, the State, not owning a structure turned to the implementation of social polices, united to the Church hierarchy and to the clarified elite for actions directed to soften the “social matter”. If this partnership was fundamental to stop the so called “enemies of the Church”, at that time, left evident the importance of the Catholic Church as a supplier of knowledge and skills extremely scarce.

Keywords: education; São Paulo’s elite; philanthropy

EDUCACIÓN Y FILANTROPIA EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO, EN EL FINAL DEL SIGLO XIX Y PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XX: UN ESTUDIO DE LA OBRA DEL CONDE JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO EN EL BARRIO DEL IPIRANGA

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar el comportamiento de la elite católica paulista en las últimas décadas del siglo XIX y primeras del siglo XX, delante de la denominada “cuestión social”. Las referencias son la figura del conde José Vicente de Azevedo y su obra – educacional y filantrópica – en el Barrio del Ipiranga, en São Paulo. La metodología adoptada fue la investigación documental y la consulta en bibliografía especializada. La principal conclusión del trabajo es que, frente la “carencia social” y de la acción de los movimientos sociales revolucionarios anarquistas, el Estado, no teniendo una estructura preparada para la implantación de políticas sociales se ha unido a la jerarquía de la Iglesia y a la elite esclarecida para concretizar acciones con el objetivo de amenizar la “cuestión social”. Si esa unión fue fundamental para detener los llamados “enemigos de la Iglesia” en aquella época, dejó evidente la importancia da Iglesia Católica como proveedora de conocimientos y habilidades extremadamente escasos en el medio civil.

Palabras-clave: Educación; elite paulista; filantropía.

Introdução

As duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX – transição do regime imperial para a implantação e consolidação da República – foram ricas em situações de natureza política, econômica, social e religiosa. Dentre essas situações de transição merecem destaque: a separação entre o Estado e a Igreja; a consolidação de uma Igreja romanizada, europeizante e ultramontana; o término do regime servil (13/5/1888); a grande imigração européia e, com ela, a chegada dos anarquistas que se fixaram principalmente na zona urbana.

A cidade de São Paulo, a partir da chegada da Ferrovia Santos - Jundiaí (1867), expandiu-se, tornando-se progressista. Já não era mais o antigo burgo administrativo e estudantil. O crescimento urbano orientou-se para os bairros de Campo Redondo (Campos Elíseos), Luz, Brás e Campo do Arouche. Surgiram novas freguesias. Era o progresso da cafeicultura e da indústria nascente. Além do Gazômetro, na Freguesia do Bom Jesus de Matosinhos do Brás, a indústria já se fazia presente no Cambuci, na Mooca, no Belém e no Ipiranga. Nos bairros então periféricos instalaram-se os operários, mormente imigrantes — campo fértil para a ação anarquista. O desenvolvimento industrial aumentou o número do operariado urbano, pois São Paulo já possuía ferroviários, trabalhadores dos transportes urbanos e comerciários, que deram origem às associações de classe. Anarquistas editavam jornais, a maioria em língua italiana, e fundavam escolas de alfabetização noturna, veículos para as suas idéias.

Igreja e Estado, separados oficialmente desde 15 de novembro de 1889, uniram-se diante da “questão social”, termo que implicava a luta entre o capital e o trabalho. No período,

surgiram várias instituições¹ para amparar a população de menor poder aquisitivo e os desprovidos – antigos trabalhadores livres, imigrantes e ex-escravos. Na cidade de São Paulo, as mantenedoras dessas instituições, na maior parte das vezes, eram Irmandades Religiosas: Santa Casa de Misericórdia, Irmandade do Santíssimo Sacramento, Venerável Ordem Terceira do Carmo, Venerável Ordem Terceira de São Francisco, associações religiosas compostas e dirigidas por leigos². Além disso, surgiram instituições sem vínculo religioso, como o Instituto Ana Rosa, voltado ao amparo a órfãos, mantido pela família Souza Aranha (barão de Limeira) e Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, mantido pela família do Dr. José Vicente de Azevedo.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, o papel da elite católica paulista, tendo como referências a figura do conde José Vicente de Azevedo e sua marcante atuação nos campos educacional e filantrópico no bairro do Ipiranga. O foco de análise se justifica, de modo particular, a partir da consideração do perfil do conde – católico convicto, monarquista que aceitou a República como fato consumado, deputado provincial pelo Partido Conservador, aristocrata oriundo do vale do Paraíba, senador e deputado estadual, advogado e professor – o qual sintetiza a visão e comportamento da elite paulista no período que interessa a este trabalho.

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira apresenta o processo de urbanização da cidade de São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. A segunda discute as relações entre a Igreja e o Estado, a partir das mudanças políticas advindas da Proclamação da República e da emergência da

¹ Sposati, Aldaíza de Oliveira. *Vida Urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

² Boschi, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

denominada “questão social”. Após analisar as transformações no ensino oficial e a expansão do ensino protestante, respectivamente, terceira e quarta seções, a última seção aprofunda o estudo da obra educacional e filantrópica do conde José Vicente de Azevedo. Finalmente, a conclusão retoma os pontos centrais e aponta para novas pesquisas.

O processo de urbanização da cidade de São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX: a economia cafeeira e o processo de industrialização

Em 1872, segundo Juarez Rubens Brandão Lopes³, existiam no País quatro cidades com mais de cinquenta mil habitantes – Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo –, nesta ordem. Somente as três primeiras possuíam uma população maior do que cem mil habitantes e nenhuma alcançara o marco de meio milhão. Em 1900, havia quatro cidades com mais de cem mil habitantes; o Rio de Janeiro, a maior delas, atingia o marco de 811.443 habitantes, e São Paulo chegava a 239.820 habitantes.

O que motivou o crescimento da cidade de São Paulo foi a economia cafeeira, à qual estavam intimamente ligadas uma estrutura bancária, comercial e ferroviária, o estabelecimento das primeiras indústrias e a introdução do trabalhador assalariado de origem européia. O desenvolvimento de uma estrutura creditícia/financeira e o florescimento de uma vasta estrutura comercial, baseada no comércio de importação e exportação, propiciaram, além da diversificação do emprego urbano, a criação de uma rede de distribuição para produtos industriais. A abolição da escravidão e a imigração européia foram decisivas para a formação de um mercado especial, o da força de trabalho. Por sua

³ Lopes, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano Industrial no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

vez, o incentivo à imigração viria a se transformar em fator acelerador do processo de urbanização do final do século XIX e da mudança dos padrões de consumo. O imigrante trouxe novas técnicas e novos hábitos, responsáveis, em boa parte, pelo crescimento da cidade, reflexo do desenvolvimento da então província e posteriormente Estado de São Paulo.

○ comércio exportador, segundo Lincoln Etchebèhére Júnior⁴ :

(...) favorecia o surgimento de novos grupos numa população urbana que se dedicava a diferentes atividades: profissionais liberais, operários, funcionários públicos, empregados do comércio, etc. Crescia a população citadina aberta à modernidade, que acreditava no “progresso”.

Em decorrência do florescimento do mercado urbano apareceram as primeiras indústrias alimentares – massas, biscoitos, doces, cerveja e carnes salgadas. É importante assinalar que se tratava de uma indústria tipicamente regional, onde não se faziam sentir as economias de escala, e a proximidade do mercado consumidor era de grande importância. O capital era predominantemente nacional, salvo as incursões do capital inglês no ramo de moinhos de trigo e no transporte ferroviário.

Os ingleses iniciaram a construção de ferrovias nas regiões cafeeiras de então. A mais importante era a São Paulo Railway Company, Limited, que ligava o porto de Santos a Jundiaí, e desta localidade penetrava nos distritos cafeeiros. Vinculavam-se às ferrovias quase todo o processo de exportação e importação, navios, seguros, comissões, dividendos provenientes das operações financeiras, enfim, os lucros estavam em mãos inglesas em sua grande parte.

⁴ Etchebèhére Júnior, Lincoln. A dessacralização toponímica dos municípios paulistas. *Tempo e Memória*. Ano 2, n.3, ago/dez, 2004, p. 54.

A influência inglesa ultrapassava o âmbito econômico. Conforme Lincoln Etchebèhère Júnior ⁵:

A penetração inglesa ocasionou mudanças nos hábitos urbanos, que procuraram aproximar-se dos costumes europeus no seu cotidiano, quer na indumentária, na alimentação, quer em medicamentos e em artigos sanitários, símbolos da modernidade. O uso de transportes coletivos, a água encanada, o gás e, posteriormente, a energia elétrica, trouxeram igualmente um desenvolvimento urbanístico. Introduziu-se nessa época a prática desportiva – já em 1886 organizou Charles Miller os primeiros quadros futebolísticos de São Paulo. Surgiram os piqueniques, os cafés, as casas de chá, enfraquecendo-se velhos hábitos coloniais, como as concorridas procissões.

A industrialização trouxe consigo a modernização e, em decorrência, transformações econômicas, sociais e políticas. São Paulo possuía uma elite que buscava a sua modernidade; surgiram, então, a Associação dos Engenheiros e o Liceu de Artes e Ofícios, com o objetivo de formar mão-de-obra especializada para a incipiente indústria. O comércio paulista, geralmente na mão de europeus, tinha sua base em artigos de luxo importados para atender à aristocracia da cafeicultura. Nesse período, apareceram os novos bairros aristocráticos, como Campos Elíseos, antigo Campo Redondo, e Vila Buarque, e a Avenida Paulista. A aristocracia imitava as construções européias, e assim ergueram-se os palacetes. Na região central da cidade, os velhos edifícios coloniais deram origem a um novo estilo – *Art Nouveaux*. Entretanto, os imigrantes foram habitar o outro lado do Tamanduateí, além da Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro II), compreendendo os bairros operários do Brás, da Mooca, do Belém, do Belenzinho e do Ipiranga, redundando em uma

⁵ Idem, p. 55.

população carente de assistência em todos os seus níveis, quer educacional, quer sanitário.

Igreja, Estado e “questão social”

O golpe de 15 de novembro de 1889, que estabeleceu a República Positivista, trouxe inicialmente problemas para a Igreja; mas esta, ferida com a “questão religiosa”, não execrou o novo regime. Embora os primeiros tempos não tenham sido amigáveis, a não-hostilização do novo regime pelo clero foi favorável a uma posterior reaproximação.

A República, ao conceder a liberdade de culto às Igrejas, foi responsável pela entrada, no Brasil, de grande quantidade de congregações religiosas européias: povoaram-se os conventos, mosteiros, abadias, criaram-se novos bispados, abriram-se colégios masculinos e femininos, dirigidos principalmente pelo clero europeu. Foi o período da romanização — a europeização que se fazia presente na nova mentalidade, tão contrária ao velho catolicismo luso-brasileiro.

A hierarquia católica, diante do avanço da educação protestante, buscou professores nas ordens religiosas. D. Antonio Joaquim de Mello entregou o Seminário Episcopal da Luz aos frades capuchinhos. As irmãs de S. José de Chambery fundaram o Colégio do Patrocínio, em Itu, e de lá estabeleceram outros colégios. Na mesma cidade, os jesuítas fundaram o Colégio São Luís (1867), transferido para São Paulo no início do século.⁶

O ultramontanismo ocasionou, no Brasil, a chamada “questão religiosa”, eclipsando o catolicismo liberal, fato que ocasionou a aliança entre as lojas maçônicas, o protestantismo, os republicanos e os espíritas, que viam no ultramontanismo um inimigo comum. Ultramontanos e não-ultramontanos lutaram até a implantação da República, pois o Império possuía uma religião

⁶ Hoje esse estabelecimento dedica-se também ao ensino superior.

oficial: a Católica Apostólica Romana, vinculada ao Real Padroado, herança colonial. A Igreja ultramontana desenvolveu novas diretrizes de conduta, que se fizeram refletir no campo da filantropia. À caridade dos avoengos paulistanos, os ultramontanos somaram iniciativas educacionais destinadas a preparar os indivíduos para enfrentar desafios trazidos por uma sociedade em mutação.

O Estado e a Igreja, com as relações amenizadas pelo banimento dos “radicais”, necessitavam resolver a “questão social”. Para isto uniram-se contra os anarquistas, considerados um inimigo comum. A Igreja, além dos protestantes e positivistas, deparava-se com novo inimigo: os anarquistas, inimigos também do Estado. No início do século XX, já os jornais noticiavam greve ferroviária, o que levou a Companhia Paulista a fundar uma associação beneficente para os seus empregados.

Igreja e Estado, separados oficialmente desde 15 de novembro de 1889, uniram-se diante da “questão social”, termo que implicava a luta entre o capital e o trabalho. O papa Leão XIII, por intermédio da encíclica *Rerum Novarum*, convocou à harmonia capitalistas e trabalhadores, e instou os católicos a auxiliarem a hierarquia nessa questão. A elite católica, em parte monarquista, cessado o período radical do anticlericalismo republicano e positivista, aderiu à República, pois republicanos positivistas, irmãos de avental e irmãos de opa, pertenciam a uma mesma camada social.

O ensino oficial na Província de São Paulo

A educação em São Paulo surgiu com os padres da Companhia de Jesus, quando da fundação do Colégio de São Vicente. Logo depois, os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta galgaram o planalto de Piratininga, fundando o Colégio de São Paulo (1554). Este foi o pólo irradiador de outros estabelecimentos jesuíticos, como São Miguel, Conceição de

Guarulhos e Carapicuíba. A educação jesuítica continuou até a expulsão dos padres da Companhia, em 1759, após 210 anos de permanência no Brasil. O marquês de Pombal, responsável por essa expulsão, criou as “escolas régias”, mantidas pelo subsídio literário cobrado sobre o uso das carruagens, da cachaça e do tabaco. Porém, as novas escolas, regidas por mestres desmotivados pelos baixos salários, tornaram-se de nível muito inferior às do ensino jesuítico.

O príncipe regente D. João, que chegou ao Brasil em 1808, tinha interesse pelo desenvolvimento da educação. Esse interesse, entretanto, beneficiou apenas o Rio de Janeiro e a Bahia, restando para São Paulo algumas “aulas régias”.

Com a Independência, a Constituição de 1824 determinou em seu artigo 179 que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Esta medida foi confirmada pela Carta Imperial de 15 de outubro de 1827, que mandava criar escolas de primeiras letras para meninos e meninas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, determinando ainda os vencimentos para mestres e mestras, o concurso público de ingresso, a vitaliciedade dos cargos, e o conteúdo programático: “... os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções gerais de geometria, a gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e História do Brasil”.⁷ Quanto às mestras, o texto magno observava as diferenciações de gênero: “... além do declarado no art. 6º, com exclusões das noções de geometria e limitada a instrução da Aritmética só às quatro operações, ensinarão também as que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes do Conselho aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida

⁷ Carta Imperial, 15/10/1827, Art. 6º.

honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames na forma do art. 7º.⁸

Portanto, a admissão de professores e professoras privilegiava a “dignidade” ao saber propriamente dito, o que acarretava a contratação de mestres dotados de conhecimentos precários. Contudo, cidades, vilas, freguesias e povoações possuíam aulas de primeiras letras, pelo menos para meninos, em toda a Província, se bem que algumas criadas não foram providas⁹.

Em 1º de outubro de 1828 foi estabelecido o Regimento das Câmaras Municipais, criando Câmaras Municipais em todas as cidades e vilas do Império, que tinham entre as suas atribuições a aplicação das rendas, determinando: “...nas Cidades e Vilas onde não houver Casas de Misericórdia, atentarão principalmente na criação dos Expostos, sua educação, e dos mais órfãos pobres e desamparados”.¹⁰

O *Ato Adicional* de 1834 deu competência às províncias para legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-las”.¹¹ Por conseguinte, houve a descentralização do ensino: as províncias ficaram incumbidas dos ensino primário e secundário, cabendo o superior à Coroa.¹²

A Escola Normal Provincial foi criada pela Lei nº 34, de 16/3/1846, e instalada em 9/11/46. Seu professor e diretor era

⁸ Idem, art. 12º.

⁹ Cf. in: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. Publicado em 1838. Informações corroboradas por Azevedo Marques, em *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo — 1876*.

¹⁰ Regimento das Câmaras Municipais do Império, Art. 76, in ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). **Constituições do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1963.

¹¹ Ato Adicional à Constituição do Império, Art. 10, in ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). op cit.

¹² Com a República, a competência passou a ser do governo federal.

o Dr. Manoel José Chaves, bacharel em direito, professor de filosofia do curso anexo à Faculdade de Direito, e tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé. O *curriculum* escolar era semelhante às escolas primárias, acrescentando-se noções elementares de pedagogia. Era uma tentativa de melhoria do ensino, porém, o grande desenvolvimento do ensino normal deu-se com a implantação da República. Homens públicos, bem como literatos e outros profissionais de renome foram professores antes de ocuparem posições mais altas, e outros continuaram no exercício da docência, como José Vicente de Azevedo.

Em 1825 foi criado o Seminário de Educandas Nossa Senhora da Glória, graças aos esforços do presidente da Província, barão de Congonhas do Campo, objetivando socorrer as meninas órfãs. A instituição era dirigida por senhoras da sociedade paulistana, sendo sua primeira diretora Elisária Cecília Espínola. Na segunda metade do século XIX, o estabelecimento passou a ser dirigido pelas irmãs de São José de Chambery. A chegada das freiras francesas foi responsável por uma relevante melhoria do ensino. Suas ex-alunas tornavam-se professoras após prestarem concurso público. O Seminário da Glória funciona atualmente no bairro do Ipiranga, e tornou-se uma escola oficial comum com o nome de Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Seminário Nossa Senhora da Glória, sendo, portanto, o estabelecimento de ensino mais antigo de São Paulo, que ainda conserva o aspecto profissionalizante, pois dele saíram mestras, governantas e damas de companhia da antiga aristocracia paulista.

Na Casa de Correção, instalada em 1852, existiu uma escola para sentenciados, sendo seu professor o almoxarife do estabelecimento, capitão Joaquim Mariano Galvão Bueno, que em 1874 passou a desempenhar o cargo de diretor da referida casa.

A fundação de estabelecimentos religiosos teve início com a chegada das irmãs de São José, que se estabeleceram em Itu, uma das cidades mais prósperas da época, e terra do bispo de São Paulo, D. Antonio Joaquim de Mello. O retorno dos jesuítas também contribuiu para esse desenvolvimento.

O advento da República ocasionou grandes mudanças no ensino oficial. Os líderes republicanos — a grande maioria ligada ao positivismo e às Lojas Maçônicas — introduziram o ensino laico, que por vezes, em determinadas ocasiões e locais, tomava a cor de anticlerical e anti-religioso. O positivismo tornou-se a nova religião do Estado, na afirmação de Eduardo Prado¹³. O ideário positivista prometia banir a superstição e a ignorância por meio da instrução. No lançamento da pedra fundamental da nova Escola Normal de São Paulo (1890), futura Escola Normal Caetano de Campos, tem-se um exemplo dessa declaração de princípio: a escola serviria “de templo Matriz da Instrução popular deste Estado de São Paulo”.¹⁴ De fato, porquanto da Caetano de Campos surgiram as escolas normais do interior paulista: Itapetininga (1895), Pirassununga (1913), São Carlos do Pinhal (1913), Piracicaba (1913), Botucatu (1913), Guaratinguetá (1918), Campinas (1919) e Casa Branca (1919).

O ensino protestante na Província de São Paulo

São Paulo, logo após a Independência, recebeu imigrantes alemães que se estabeleceram em Santo Amaro (1827), fixando-se posteriormente na capital da Província e em outras regiões. Parte desses imigrantes era evangélico luterana, mas os seus adeptos não praticavam o proselitismo, por força da Constituição vigente. Em Petrópolis e outras colônias alemãs, a Igreja Luterana era subsidiada pela Coroa, numa espécie de Real Padroado. O culto em língua alemã prejudicava a expansão do protestantismo. A expansão teve início por intermédio dos missionários norte-americanos — sobretudo presbiterianos,

¹³ Eduardo Prado, jornalista católico, monarquista, pertencente à elite paulista, escreveu duas obras: **Fastos da ditadura militar no Brasil** e **A ilusão americana**, ambas confiscadas pelo governo republicano.

¹⁴ Ribeiro, José Jacinto **Chronologia Paulista**, v. II, p. 209. São Paulo, 1904

metodistas e batistas —, que aportaram no Brasil a partir de meados do século XIX.

Em 1868 fundou-se uma sociedade de estudantes na Faculdade de Direito de São Paulo, para combater o protestantismo. Seu líder era Joaquim Nabuco, filho do senador José Thomaz Nabuco de Araújo, um dos defensores dos acatólicos. A sociedade promoveu debate público entre missionários presbiterianos e estudantes, estes provavelmente orientados pelo corpo docente do Seminário Episcopal de São Paulo — reduto ultramontano fundado pelo bispo D. Antonio Joaquim de Mello¹⁵.

Imigrantes americanos, antigos confederados, espalharam-se em pequenos grupos pela Província, concentrando-se em Santa Bárbara, região de Campinas, que se tornou um dos centros de atividade missionária norte-americana.

O proselitismo missionário buscou na educação um dos pilares para a sua ação. Abrir escolas era uma maneira de conseguir adeptos, como ocorria com a pregação doutrinária itinerante e a distribuição de bíblias. Em 1866 tentou-se abrir uma escola noturna em São Paulo, mas a iniciativa não se concretizou por falta da licença necessária. Em 1870, George W. Chamberlaine fundou a Escola Americana, estabelecimento que planejava desde 1868. Essa escola funcionou inicialmente na Luz, e em 1872 mudou-se para a Rua Nova de São José, no centro da cidade. Quatro anos depois instalou-se na cidade nova, Freguesia de Santa Ifigênia, esquina das Ruas Ipiranga e São João. Nesse local recebeu a visita de D. Pedro II, em 1878. Nessa ocasião, o imperador teria ofertado dez contos de réis para a compra do terreno onde hoje está instalada a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Lecionaram na Escola Americana ilustres brasileiros: o jornalista e romancista Júlio Ribeiro Vaughan, o matemático

¹⁵ Foi professor deste seminário frei Vital Gonçalves de Oliveira, nomeado em 1871 bispo de Olinda e Recife. A Questão Religiosa teve origem com este prelado.

Antonio Trajano, o gramático Eduardo Carlos Pereira, e também não-protestantes, como o jornalista Rangel Pestana, ligado ao jornal *Província de São Paulo*, porta-voz dos republicanos paulistas,¹⁶ e o poeta Teófilo Dias.

Em Campinas, cidade paulista que a cafeicultura tornara rica e aristocrática, surgiu a Escola Internacional em 1871, fundada por um ex-confederado, o reverendo George Nasch Morton (1841-1904), e mais “cinquenta cidadãos de projeção”, entre os quais o coronel-comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha e João Brás da Silveira Caldeira, além de membros do Partido Republicano, como Manuel Ferraz de Campos Salles, futuro presidente da República, Francisco Glicério de Cerqueira e Francisco Rangel Pestana.

Na Escola Internacional integravam o corpo docente americanos e brasileiros notáveis, como Rangel Pestana, Júlio César Ribeiro Vaughan e o latinista e gramático, ex-padre português Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (1834-1900).

A *Gazeta de Campinas*, em 17/12/1871, anunciou os três princípios “fundamentais e concomitantes indispensáveis da educação: 1) moralidade e religião; 2) inteira liberdade religiosa; 3) escola franca a estudantes de todos os credos e de todas as nações”.¹⁷

A colônia alemã de São Paulo fundou a Escola Alemã, instalando-a modestamente na Rua da Constituição. Essa escola foi mais tarde transferida para um vistoso prédio de estilo normando, na Freguesia da Consolação, próximo ao Colégio Mackenzie, e se tornou uma das melhores escolas de São Paulo.¹⁸

¹⁶ Hoje, *O Estado de S. Paulo*.

¹⁷ Vieira, Daniel Gueiros **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília,, 1980, p. 262.

¹⁸ Trata-se do atual Colégio Visconde de Porto Seguro, funcionando no bairro do Morumbi.

Os metodistas fundaram o Colégio Piracicabano, também modestamente instalado na Rua da Boa Morte, e atualmente Universidade Metodista de Piracicaba.

Os estabelecimentos protestantes passaram a concorrer com os estabelecimentos católicos e oficiais na formação religiosa de crianças e jovens. No presente, essa concorrência limita-se quase que exclusivamente aos campos pedagógico e econômico.

A obra educacional e filantrópica de José Vicente de Azevedo no bairro do Ipiranga

São Paulo era uma cidade em franco progresso e de grandes transformações, advindo, com elas, graves problemas sociais. Ao operariado urbano de origem européia — em especial italianos, portugueses e espanhóis — juntavam-se trabalhadores urbanos já existentes e ex-escravos, todos com necessidade premente de atendimento social.

José Vicente de Azevedo (1859-1944), criado no tradicional catolicismo luso-brasileiro, conheceu a caridade cristã que se manifestava nos meios familiares e públicos, por intermédio das tradicionais irmandades, particularmente a da Misericórdia. O conde ingressou na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé de São Paulo, da qual foi provedor por 22 anos. Nesse cargo procurou, além das obrigações ligadas diretamente ao culto eucarístico, que fazia questão de honrar dignamente, dedicar-se às questões sociais. Impregnado pelos ensinamentos cristãos, ressaltados nas encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1878-1903), e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1922-1939),¹⁹ José Vicente de Azevedo desenvolveu a sua filantropia e a de seus colaboradores, que podia ser vista como um exemplo da prática assistencialista da elite católica paulista. No bairro do Ipiranga

¹⁹ Encíclicas que objetivavam a solução da questão operária a partir dos princípios da caridade cristã, unida à justiça distributiva.

surgiram, assim, obras educacionais, assistenciais e religiosas, tais como:

1. Asilo das Meninas Órfãs N.S. Auxiliadora do Ipiranga;
2. Orfanato Sagrada Família;
3. Orfanato Cristóvão Colombo;
4. Grupo Escolar São José;
5. Seminário Maior Imaculada Conceição;
6. Clínica Infantil do Ipiranga (Hospital D. Antonio Cândido Alvarenga);
7. Instituto Padre Chico (primeira instituição educacional para cegos de São Paulo).

A primeira obra iniciada pelo conde Dr. José Vicente de Azevedo, no bairro do Ipiranga, foi, segundo Maria Angelina Franceschini²⁰, o Internato Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, responsável (indiretamente) pelo surgimento do Educandário Sagrada Família, do Grupo Escolar São José e do Noviciado Nossa Senhora das Graças. O Internato Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga foi inspirado no Seminário das Educandas de Nossa Senhora da Glória – único estabelecimento gratuito existente na Paulicéia, fundado em 1825²¹, de caráter oficial, posteriormente dirigido pelas irmãs de São José de Chambery²².

²⁰ Franceschini, Maria Angelina V. de A et alii. **Conde José Vicente de Azevedo, sua vida e sua obra**. São Paulo: Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, 1996.

²¹ Azevedo Marques, Manuel Eufrázio. **Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo (1876)**. São Paulo: Edusp, 1980, v. II.

²² As irmãs de São José de Chambery iniciaram seus trabalhos educacionais no Brasil ao estabelecerem o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, na então “Fidelíssima Cidade de Itú”, uma das principais da Província de São Paulo. Estabeleceram-se posteriormente na capital da Província, com o Colégio São José, situado na Rua da Glória, propriedade da Irmandade de Misericórdia de São

O Dr. José Vicente de Azevedo fundou o Asylo de Meninas Órfãs e Internato de Nossa Senhora Auxiliadora, cuja pedra fundamental foi lançada em 26 de outubro de 1890. A finalidade da obra era ministrar instrução primária, educação, prendas domésticas e profissionais gratuitamente a órfãs desvalidas, de preferência filhas de famílias brasileiras outrora abastadas. Amparo que se estendia, segundo Lincoln Etchebéhère Jr.²³, às órfãs e às irmãs que cuidassem das mesmas, caso viessem a falecer no referido asilo.

As obras foram projetadas graciosamente pelo Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, indicando para executá-las o arquiteto Guilherme Krug, que com seu filho as concluiu. O asilo foi inaugurado, após muitas dificuldades, aos 22 de novembro de 1896. A administração interna do referido asilo ficou sob a assistências das irmãs de Maria Auxiliadora ou salesianas. A manutenção do asilo ficou sob a assistência da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, da qual o Dr. José Vicente de Azevedo era irmão provedor. Em 1911, a referida irmandade deixou de ocupar-se daquela instituição e a administração coube, então, ao Dr. José Vicente de Azevedo, que recebera, desde 1892, grande doação destinada ao asilo feita pelo Sr. Joaquim Floriano Wanderley.

Em 1924, as irmãs salesianas deixaram a direção do asilo. Dona Leonor de Campos Salles, filha do presidente Campos Salles, auxiliada por outras senhoras dirigiu o estabelecimento. Em 1933, regressaram as irmãs salesianas, permanecendo até 1952, quando a direção passou a dona Maria José Meira de Vasconcelos. No ano seguinte, 1953, a direção passou às mãos

Paulo, e ainda como enfermeiras no Hospital de Misericórdia da mesma cidade. Na capital paulista ainda passaram a dirigir o Colégio Sant'Ana.

²³ Etchebéhère, Lincoln Jr. **Apontamentos Históricos da Universidade São Marcos**. São Paulo: Universidade São Marcos, 1995.

das irmãs da Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, que lá permanecem até a presente data.

O Dr. José Vicente de Azevedo não se lembrou apenas das órfãs desvalidas de famílias outrora abastadas, lembrou-se também dos ex-escravos e das crianças filhas dos mesmos. Surgiu assim a Instituição da Sagrada Família, através do educandário de mesmo nome, cuja origem remonta ao final do século XIX, quando existia uma capela em honra à Sagrada Família em terras de sua propriedade.

Em 1900, um grupo de paulistas dirigiu-se ao bispo de São Paulo, dom Antonio Cândido de Alvarenga, solicitando apoio a fim de erguer as Casas da Providência, que compreendiam, segundo Maria Angelina Franceschini²⁴, um Instituto de Agricultura Prática, Artes e Ofícios para ensino de menores, filhos ou descendentes dos antigos escravos, bem como um asilo para velhos ex-escravos ou seus descendentes. O Dr. José Vicente de Azevedo ofereceu para a obra um terreno na colina histórica do Ipiranga, e em 29 de setembro de 1901 foi lançada a pedra fundamental no local da Capela da Sagrada Família.

As irmãs da Providência receberam a obra por escrito e foram autorizadas a receber esmolas para mantê-la. Solicitou-se também verba para sua manutenção, oficiando ao então presidente do Estado, conselheiro Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves. Em 1902, alegando insegurança no local e não tendo o necessário para sua manutenção, as irmãs da Divina Providência comunicaram à superiora que não continuariam a obra e se retiraram para o bairro da Mooca.²⁵

Em fevereiro de 1903, chegou a São Paulo, procedente de Nova Trento, Santa Catarina, o padre Luiz Mária Rossi, pertencente à Companhia de Jesus, que assumiu o cargo de

²⁴ Franceschini, Maria Angelina V. de A et alii, op. cit.

²⁵ Brida, Sabina Della. **Educandário Sagrada Família 80 anos**. São Paulo: s.c.p, 1983.

superior da Residência dos Jesuítas de São Paulo. Padre Rossi aceitou e acatou a sugestão de trazer as irmãs de Nova Trento para administrar a Capela da Sagrada Família, procurando o Dr. José Vicente de Azevedo para doação de terreno e ajudar no pagamento da viagem das irmãs para São Paulo.

Assim, a chamado do padre Rossi, duas irmãs e uma postulante partiram de Nova Trento em 17 de julho de 1903, e após cinco dias chegaram a São Paulo. O Dr. José Vicente de Azevedo, em 1905 dou à Instituição da Sagrada Família, confiada às irmãs de Nossa Senhora da Conceição, com diretoria própria, o quarteirão onde se encontra atualmente o prédio Sagrada Família. O objetivo da instituição era socorrer os ex-escravos e seus descendentes, principalmente inválidos. As fundadoras da Sagrada Família foram: madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus ²⁶, superiora; as irmãs Serafina da Santíssima Trindade, Luiza de Jesus Crucificado e a postulante Josefina Pereira Gonçalves. ²⁷

Em janeiro de 1961, o Colégio Sagrada Família foi transferido para junto da Via Anchieta, Vila Nossa Senhora das Mercês, com o nome de *Regina Mundi*. O prédio das colegiais passou a ser casa de formação da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, posteriormente ocupado pelas orfãzinhas, e a partir de 1989, pelo Centro de Encontros Sagrada Família.

Diante da situação socioeconômica das crianças das famílias de baixa renda e inspirado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o conde José Vicente de Azevedo comprometeu-se a construir o Liceu de Artes e Ofícios São José, no bairro do Ipiranga. A pedra fundamental foi lançada em 31 de março de 1891, e as obras do liceu para instalações de escolas profissionais foram entregues ao irmão-coadjutor salesiano Dr. Domingos

²⁶ Cadorin, Célia B. **Ser para os outros: Perfil Biográfico de Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus**. Trento: Argentarium, 1989.

²⁷ Idem, **Madre Paulina Fundadora da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição**. São Paulo: Loyola, 1986, v. I.

Delpiano²⁸. O falecimento de dom Luiz Lasagna, a 6 de novembro de 1895, determinou a paralização das obras, pois seu sucessor não manteve o acordo firmado anteriormente.

No ano de 1895, a obra foi entregue ao padre José Marchetti, pertencente à Congregação de São Carlos Borromeu ou Scalabrinos. A Congregação fundada por monsenhor Scalabrino tinha por finalidade dar amparo – espiritual e material – aos imigrantes italianos que imigravam para a América e para a Austrália.²⁹

O padre José Marchetti – que chegara a São Paulo com um grupo de imigrantes italianos – trazia consigo órfãos cujos pais haviam falecido durante a viagem, em virtude de uma epidemia que grassara a bordo. O padre Marchetti tomou a direção da obra, cuja inauguração foi realizada em 1895, e a seu pedido, o Dr. Vicente de Azevedo mudou o nome do liceu para Instituto Cristóvão Colombo, cujo objetivo era ensinar ofícios aos órfãos de imigrantes, principalmente italianos. Os trabalhadores imigrantes italianos, não-anarquistas, auxiliaram na construção do prédio. Ensinavam-se os ofícios da época – marceneiro, chapeleiro, celeiro, sapateiro e alfaiate. Posteriormente, foi um dos primeiros estabelecimentos a ensinar datilografia.³⁰

Assistindo ao crescimento do bairro do Ipiranga, e conseqüentemente ao seu aumento populacional, onde crianças necessitavam estudar, o dr. José Vicente de Azevedo resolveu fundar o Grupo Escolar São José. Para isso, por volta de 1920, procurou dona Carolina Ribeiro, notável educadora que o auxiliou, e assim, em 1º de outubro de 1924 abriu-se o Grupo Escolar São

²⁸ Paladino, Patricia. **Domingos Delpiano**: o engenheiro arquiteto. Universidade de São Paulo (Faculdade de Arquitetura) Trabalho de Graduação Interdisciplinar, São Paulo, 1989.

²⁹ Rizzardo, Redovino. **João Batista Scalabrini, Profeta da Igreja Peregrina**. Petrópolis: Vozes, 1974.

³⁰ Franceschini, Maria Angelina, op. cit.

José, numa dependência do Asilo das Meninas Órfãs Nossa Senhora Auxiliadora, hoje Internato Nossa Senhora Auxiliadora.

Foram feitas as adaptações necessárias, e em 1924 foram matriculados vinte e nove alunos; no ano seguinte, cento e oitenta. O número de alunos crescia a cada ano e foi necessário construir um prédio próprio. Surgiu um prédio com três pavimentos, dezesseis salas de aula, todas as dependências necessárias para abrigar oitocentos alunos. O número de alunos atingiu, em 1944, mil. Era um estabelecimento modelar e o currículo estava de acordo com o ensino oficial, ao qual fora acrescentado o ensino da religião. Durante vários anos funcionou anexo ao Grupo Escolar São José um curso de corte e costura, com muitas alunas matriculadas.

O Grupo Escolar São José, durante trinta e cinco anos foi mantido pelo conde Vicente de Azevedo, embora, em determinada época, as professoras fossem designadas pelo governo do Estado. Em 1959, o grupo deixou de funcionar por ingerência do governo do Estado, que providenciou outro grupo escolar para o bairro do Ipiranga. Durante o seu funcionamento, mais de três mil e quinhentos alunos receberam o diploma do curso primário.

O conde pretendia fundar um hospital semelhante à Santa Casa de Misericórdia, construindo doze pavilhões hospitalares em honra dos doze apóstolos. Entretanto, a sua obra não se concretizou. Uma parte do terreno foi doada à Arquidiocese de São Paulo, com a finalidade de formar um clero sábio e santo, surgindo assim o Seminário Maior da Imaculada Conceição. A outra parte do terreno, com alguns pavilhões, em 1928, graças à intervenção da baronesa de Serra Negra, deu origem ao Instituto Padre Chico.³¹

Finalmente, a Clínica Infantil do Ipiranga (Hospital D. Antonio Cândido Alvarenga) surgiu no começo do século XX. Dona Maria Carmelita Vicente de Azevedo, filha do conde

³¹ Entrevista com a professora Maria Gabriela Franceschini Vaz de Almeida (neta do conde Vicente de Azevedo), realizada em dezembro de 2005.

Vicente de Azevedo, preocupada com a situação da saúde dos operários do bairro do Ipiranga, juntamente com um amigo médico, instalou um consultório que oferecia graciosamente, duas vezes por semana, atendimento a essa população. Posteriormente, solicitaram ao Dr. Vicente de Azevedo um terreno para a criação de uma clínica infantil para dar assistência às crianças. Nesse local surgiu um hospital que, a pedido do conde, passou a denominar-se Dom Antonio Cândido de Alvarenga, bispo de São Paulo e amigo do conde. Homenagem ao amigo que morreu assistindo pestilentos. Foi o primeiro hospital da cidade de São Paulo a dar assistência pré-natal, graciosamente, às mães do Ipiranga.³²

Conclusões

No final do século XIX e início do século XX, a expansão da cafeicultura foi responsável pelas transformações sociais, econômicas e culturais da cidade de São Paulo. A imigração européia e a industrialização, ao acelerar o ritmo de expansão capitalista, tornaram a cidade o segundo centro urbano do Brasil, dando-lhe ares de metrópole. A arquitetura colonial cedia paulatinamente espaço à arquitetura européia, nos seus edifícios públicos, igrejas e palacetes. Junto com essas mudanças, o operariado urbano aumentou, oriundo de imigrantes brasileiros natos, muitos deles libertos ou ex-escravos. Grande parte dessa população era constituída de pessoas carentes, que necessitavam de assistência pública ou particular.

O poder público percebia a necessidade de resolver essa questão. O Estado republicano laico, diante da situação social e da ação dos anarquistas, estendeu a mão à Igreja para que ela o auxiliasse na política social. Diante dos perigos anarquista e socialista, da adesão dos antigos monarquistas à República e da não-hostilização da Igreja ao novo regime, cessou a “Kulturkampf

³² Idem.

tupiniquim”; o catolicismo ultramontano conviveu com a República Positivista, porque seu objetivo era o de restaurar tudo em Cristo, e a República aparentemente não lhe criou obstáculos, o que não aconteceu no regime imperial.

Diante da “carência social” e da ação dos movimentos sociais revolucionário- anarquistas, o Estado – não sustentando uma estratégia e uma estrutura voltadas à implementação de políticas sociais – uniu-se à hierarquia da Igreja e à elite esclarecida para a efetivação de ações direcionadas a amenizar a “questão social”. Coube então à sociedade civil da época, em particular à elite católica integrada por irmandades religiosas, e à elite não-católica ligada à Maçonaria e a outras instituições similares, desempenhar o papel do Estado. Da união do Estado com a hierarquia católica surgiram ações voltadas à população carente: alfabetização, profissionalização e assistência social..

José Vicente de Azevedo foi um modelo da elite católica no campo educacional e filantrópico, responsável em parte pelo sucesso dos empreendimentos da hierarquia da Igreja. O estudo da sua obra no bairro do Ipiranga deixa patente a importância da atuação conjunta elite-hierarquia da Igreja. Nesta parceria, a Igreja Católica fornecia o “capital humano” – padres e freiras com conhecimentos e habilidades para o ensino elementar, para a filantropia e a assistência hospitalar. Daí a ênfase a institutos que preparassem os internos profissionalmente, além da parte assistencial. A Igreja conclamou o clero europeu, como foi dito acima, para os seus objetivos ultramontanos. E conclamou a elite católica para seus objetivos assistenciais. A filantropia retardou o aniquilamento das velhas irmandades, pois nela estavam os meios humanos e materiais necessários para o atendimento a carências e a carentes da sociedade brasileira da época.

O Estado, não possuindo ainda um serviço social, auxiliava a obra filantrópica eclesiástica, na qual se incluía a educação. O apelo da Igreja resultou na construção de vilas operárias, hospitais, orfanatos, asilos, escolas profissionalizantes e outras obras filantrópicas.

Não se pode esquecer que a Igreja Católica, nesse tempo, estava incorporada à cultura do povo, por meio da fé e da confiança no clero. A educação, orientada pela Igreja, explícita ou implicitamente foi também um meio de deter os chamados “inimigos da Igreja” naquela época, a saber, protestantes, anarquistas, socialistas e livres pensadores, que circulavam livremente entre a elite paulista. A Igreja, desembaraçada do Real Padroado, pôde agir contra a protestantização do País e contra o positivismo oficial. Deve-se levar em conta que a hierarquia buscou o apoio necessário na elite católica da época, que ainda fornecia membros às tradicionais irmandades e ordens terceiras.

Nesse sentido, a obra do conde José Vicente de Azevedo revelou a importância do apoio de padres e de freiras na sua consecução. Este fato ficou mais evidente na criação e implementação dos asilos e orfanatos – Asilo das Meninas Órfãs N.S. Auxiliadora do Ipiranga; Orfanato Sagrada Família e Orfanato Cristóvão Colombo. Caberia aos gestores religiosos não só o amparo, mas a educação e a iniciação na formação profissional.

Não menos importante foi a iniciativa no âmbito do atendimento à saúde, expressa na criação da Clínica Infantil do Ipiranga, com o foco no pré-natal às gestantes e aos recém-nascidos. Nesse âmbito, revela-se também o papel da ação dos religiosos.

Finalmente, o estudo levanta a necessidade de pesquisas capazes de completar a historiografia dedicada a verificar as complexas relações entre a Religião, a Educação e a Assistência Social no Brasil, tendo como pano de fundo o Estado, suas políticas e estruturas de atuação.

Referências

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1963.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1980.

BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BRIDA, Sabina della. Educandário Sagrada Família 80 anos. São Paulo: s.c.p, 1983.

CADORIN, Célia B. Madre Paulina, fundadora da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. São Paulo: Loyola, 1986, v. I.

_____. Ser para os outros: perfil biográfico de Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus. Trento: Argentarium, 1989.

ETCHEBÉHÉRE JÚNIOR, Lincoln. A dessacralização toponímica dos municípios paulistas. Tempo e Memória. Ano 2, n. 3, ago/dez, 2004.

_____. Apontamentos históricos - Universidade São Marcos. São Paulo: Universidade São Marcos, 1995.

FRANCESCHINI, Maria Angelina V. de A. *et alii*. Conde José Vicente de Azevedo, sua vida e sua obra. 1ª e 2ª ed. São Paulo: Fundação N. S. Auxiliadora do Ipiranga, 1996,.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano Industrial no Brasil. São Paulo: Nacional, 1976.

MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo – 1838. São Paulo: governo do Estado, 1978.

PALADINO, Patrícia. Domingos Delpiano: o engenheiro arquiteto. Universidade de São Paulo (Faculdade de Arquitetura), Trabalho de Graduação Interdisciplinar. São Paulo, 1989.

RIBEIRO, José Jacinto. *Chronologia Paulista* (2º vol.). São Paulo, 1904.

RIZZARDO, Redovino. João Batista Scalabrini, Profeta da Igreja Peregrina. Petrópolis: Vozes, 1974.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

Lincoln Etchebèhére Júnior. Universidade São Marcos. Professor doutor do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação. Educação e Práticas Educativas no Brasil. Rua Dr. Martinico Prado, 142, Apto. 95, Santa Cecília – São Paulo – CEP 01224010. lincoln.e.jr@hotmail.com.br

Leonel Mazzali. Universidade São Marcos. Professor doutor do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação. Políticas Públicas e Administração no Brasil. Rua João Antonio de Campos, 40, Jundiaí-SP, CEP 13209280. leonel_mazzali@uol.com.br

Rosemari Fagá Viegas. Universidade São Marcos. Professora doutora do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação. Cultura e Identidade. Rua João Carlos Mallet, 175 – Planalto Paulista – São Paulo – CEP 04072040. viegas@fecap.br

Recebido em: 10/04/2007

Aceito em: 20/07/2007